Nesse último ano, nós tivemos uma seca terrível. Se essa seca se repetir por dois ou três anos, a nossa região poderá ser transformada num deserto. Tudo porque o indivíduo que busca o enriquecimento, asqueroso, nojento, prejudicando o seu país, prejudicando os brasileiros, tem o apoio de muitos políticos.

O político recebe ajuda de empresários da área. Em Ribeirão Preto, há elemento que teve mais de quatro milhões de ajuda de usineiros e de empresas desse setor.

É muito bonito, não? Então, eles plantam cana onde havia nascente de água. Eles vão lá e aterram. As árvores em volta da nascente são derrubadas. Eles vão com a cana para a beira dos rios e plantam até dentro da água, se houver possibilidade.

Agridem, mas não se preocupam. Não. Eles têm muito dinheiro. Se o estado de São Paulo se transformar num deserto, eles vão para o Canadá, para os Estados Unidos ou para outro país qualquer. Prejudicam a realidade brasileira.

Sr. Presidente, acho importante que político seja financiado por empresários, sim. É importante porque a nossa lei permite. Eu sou contra essa permissão. Mas a lei permite, então é importante ele receber o dinheiro.

Mas se vender para gente que agride o Meio Ambiente, que compromete a vida aqui no estado de São Paulo e na região Sudeste, isso para mim é um ato criminoso, irresponsável.

No dia em que o povo brasileiro tiver consciência, esse povo vai varrer da vida pública o político que se vende; vai varrer da vida pública o político que pensa no próprio bolso e não pensa na realidade brasileira.

A Grande São Paulo poderá não ter condições de dar guarda a esse povo, a milhões de pessoas que aqui vivem. Já tem autoridade falando: “Eu vou embora de São Paulo”. Como é que nós vamos conviver sem água aqui em São Paulo? Caos total.

Na região de Ribeirão Preto rios importantes, lagos e represas estão secando. Como é que vai ser o futuro? A covardia de homens públicos poderá comprometer a vida no estado de São Paulo e a vida do estado de São Paulo.

Esta Casa aprovou, recentemente, a lei do desmatamento: “Olha, desmatou aqui, vai lá fazer floresta em Minas, lá, numa montanha.” Ah, vá para o inferno, gente! O que é isso? Daqui a pouco, esses que desmatam a Amazônia: “Ah, eu vou comprar um pedaço de terra na Índia ou na China”. E mantém a floresta lá em cima de uma montanha ou de um morro.

Vai-se chegar a esse ponto.

É uma vergonha. Infelizmente, os grandes órgãos de comunicação de massa não mostram para o povo brasileiro o que está acontecendo, mas eu tenho fé e confiança: um dia o povo vai acordar.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - MILTON LEITE FILHO - DEM - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Rafael Silva e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos. Está suspensa a sessão.
* * *

- Suspensa às 15 horas e 30 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 33 minutos, sob a Presidência do Sr. Chico Sardelli.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nos termos do disposto do Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Transportes e Comunicações; e Finanças e Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 18 horas, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1, de 2015, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre a isenção de tarifas a estudantes na forma que especifica.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos que acompanham a sessão na Assembleia hoje, cidadãos que representam trabalhadores do transporte escolar, agradeço a presença de vocês, que estão acompanhando a discussão do projeto passe livre, que ainda está sendo discutido e formulado por uma comissão, entendendo a preocupação de vocês. O deputado Marcolino vai se manifestar na sequência, mas estamos dialogando com o Governo para garantir que não haverá nenhum retrocesso em relação ao transporte escolar de dois a nove anos.

Ontem, o Partido dos Trabalhadores completou 35 anos de vida. Quando o PT nasceu, eu tinha três anos de idade, em 10 de fevereiro de 1980. Comecei a militar no PT muito cedo, com 16 anos eu já estava filiado ao Partido. De maneira concomitante eu iniciei no movimento estudantil e também no PT. Fui presidente do partido aos 18 anos, fui o presidente de diretório municipal mais jovem do País. Eleito pelo voto direto.

Só o PT garantia condições para que um jovem de 18 anos pudesse se filiar, disputar o partido com um dirigente já experiente e ganhar a eleição no voto. Na época só o PT tinha como senadora da república uma negra, que foi empregada doméstica, chamada Benedita da Silva, no Rio de Janeiro.

Só o PT tinha tido uma mulher, uma nordestina, prefeita de uma das cidades mais cosmopolitas do mundo, de uma das maiores cidades do mundo, a cidade de São Paulo. Falo da ex-prefeita Luiza Erundina. Só o PT havia feito de seringueiros, trabalhadores rurais, metalúrgicos, professores e jovens, prefeitos, deputados federais e deputados estaduais. Só o PT tinha em seus quadros um metalúrgico, que já havia ido para o segundo turno e disputado a Presidência da República.

Hoje não é uma situação confortável sair na rua e defender o Partido dos Trabalhadores, dado tamanha agressividade, tamanha brutalidade, praticada pela direita brasileira e seus representantes, a grande mídia e parte do Poder Judiciário, que são seletivos, investigam a fundo uns e não outros.

Hoje o PT tem um desgaste constatado na sua imagem e a presidente da república enfrenta uma das maiores dificuldades políticas das últimas décadas, depois da redemocratização do País, na qual a palavra impeachment foi completamente banalizada e é moeda corrente entre os reacionários e a direita brasileira.

Dizendo a todos que nós somos de esquerda, que crescemos com o PT, que sou testemunha da integridade de 99% dos militantes do PT, cumpro aqui meu papel. E tenho tranquilidade em defender esse partido, especialmente em um momento como esse.

Porque defender o PT em 2002, quando ganhou a eleição para presidente da república, ou defender o PT quando o presidente Lula batia nos 94% de aprovação popular era fácil. Defender o PT e o governo Dilma neste momento é um pouco mais complicado, mas é tarefa para todos aqueles que têm a compreensão do que representa esse partido para o País.

Nós temos consciência da inclusão política promovida pelo Partido dos Trabalhadores, do nosso papel na história e da nossa capacidade de resistir, defendo um programa. Meus amigos que nos assistem, o desgaste do PT não é pela corrupção da Petrobras ou de qualquer segmento do governo ou ainda pelas medidas econômicas da presidenta Dilma, a perseguição ao PT é, principalmente, pelos acertos, pelo fato de ter havido uma inversão de prioridades.

Antes, você não tinha acesso à faculdade ou ao ensino superior; hoje, você tem. Mais de um milhão e 200 mil jovens pobres têm acesso à universidade. Havia 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria e, hoje, não existe isso mais. Antigamente, os aviões estavam vazios, com poucas pessoas, vazias, inclusive. Hoje, os aeroportos estão cheios e aquele trabalhador tem condições de viajar.

A questão é que houve uma grande virada de mesa. É óbvio que existem as imperfeições. Há corrupção desastrosa na Petrobras, assim como há corrupção desastrosa e gigantesca no sistema de metrô do estado de São Paulo e na Sabesp, onde falta água. A questão é que há juízes que são tão incorruptíveis que ninguém é capaz de convencê-los a promover a Justiça.

O SR. FRANCISCO CAMPOS TITO - PT - Sr. Presidente, gostaria de indicar o nobre deputado João Paulo Rillo para falar pelo Art. 82, pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo para falar pelo Art. 82, pela Minoria.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, ainda sobre a Petrobras, não há um filiado do PT sendo acusado de corrupção; são diretores da Petrobras, que foram herdados do governo Collor, Itamar e, especialmente, do governo Fernando Henrique Cardoso.

No entanto, quem paga o pato é o Partido dos Trabalhadores, é a presidente da República. Hoje, falam em impeachment da presidente da República. Eles conhecem a presidente e sabem da sua integridade e do seu caráter. Eles sabem que ela sim é incorruptível. Contudo, querem atribuir a responsabilidade a ela, em uma tese fascista de domínio do fato, segundo o qual a Dilma tinha obrigação de saber o que acontece na Petrobras.

Se a presidente Dilma - que é íntegra, que nunca fez aeroportos para a sua família, nunca deu guarida para traficante de cocaína, nunca esteve envolvida em esquemas de licitação de trem e metrô - merece sofrer impeachment, o que merece o Sr. Geraldo Alckmin? Prisão perpétua? O que merece o Sr. “Acinho” Neves, o playboy do Brasil? (Manifestação nas galerias.) O que ele merece?

Eles acham que a base social irá ficar quieta; irá assistir, quieta, a um golpe de elite. Eles estão achando que a seletividade de parte da Polícia Federal e da Justiça, junto com a mídia golpista (“Rede Globo” e companhia), será capaz de dar um golpe no Brasil. Eles que, há 12 anos, perdem nas urnas, querem ganhar agora no “tapetão”, mas não vão, porque a base social brasileira do movimento sindical, do movimento partidário de esquerda e do movimento estudantil não permitirá um golpe no Brasil.

É possível sim pressionar o governo e devemos fazer isso. Se as medidas da presidente Dilma punem mais o trabalhador do que quem realmente tem que pagar mais, nós iremos pressionar e discutir. O governo não está blindado a críticas. Muito pelo contrário. O PT, os partidos de esquerda e os movimentos devem pressionar o governo a tomar medidas que não punam o trabalhador. Quem deve pagar a conta é quem sempre acumulou riqueza nesse Brasil. Agora, tentar um golpe...

Porque é isso que está acontecendo. A corrupção, infelizmente, é uma doença crônica em muitos sistemas e ela deve ser combatida permanentemente. Ela existe, infelizmente, em quase todos os segmentos da área pública; é uma doença que deve ser perseguida. Mas essa fragilidade de popularidade tem a ver com a economia também.

E o debate é mais profundo. Estamos vendo usinas de álcool quebrando porque a vida é surpreendente. Há sete anos, parecia que existia um consenso: mudou a matriz energética. Havia uma verdade estabelecida: “o petróleo está para acabar. Em poucas décadas ele acabará; o negócio é investir em outra fonte de energia”. A cana-de-açúcar estava em alta. E o que aconteceu? Os Estados Unidos descobriram petróleo no xisto, os Emirados Árabes descobriram mais petróleo, a Venezuela passou a explorar mais petróleo e o Brasil descobriu o pré-sal. E então, em uma lógica capitalista, o que você faz? É óbvio. Isso vai desencadeando um monte de outras coisas, um debate econômico muito mais profundo.

Iso tudo é fácil, é muito fácil. Eles só esquecem que aquele que manda, aquele que tem o monopólio, ou quase um monopólio, baixou o preço. O que faz o Brasil? Eles queriam que a gasolina estivesse a quanto, no Brasil? A seis reais?

Então, estamos dispostos a discutir. A verdade sobre a água é a seguinte: em 2001, no governo do Fernando Henrique Cardoso, houve apagão. Sabe como estavam os reservatórios das hidrelétricas? Cheios de água, em abundância. E por que houve apagão? Porque esses vendilhões da pátria não construíram rede de retransmissão, não construíram infraestrutura para pegar energia de onde está sobrando e jogar para onde está faltando. Sabe por que falta água hoje e não falta energia, mesmo tendo escassez de água? Porque o presidente Lula organizou o sistema de energia no Brasil; porque hoje você consegue tirar energia de uma região e colocar em outra. Sabe por que você não consegue tirar água de um lugar e colocar em outro? Porque a Sabesp, essa empresa desorganizada, abriu o capital e está mais preocupada em gerar lucro para seus acionistas, para aqueles parceiros que compraram parte dela, do que em construir interligamentos e reservatórios. Esse é um debate profundo no Brasil. Essa é a visão de estado que diferencia o PT - e seus aliados - do PSDB.

Eu não poderia deixar passar a comemoração dos 35 anos do PT sem dizer a vocês que eu consigo enxergar as fragilidades do PT, sim. Consigo apontar críticas, consigo apontar onde acho que o partido deve se revolucionar para ter uma sobrevida digna e salvar a esquerda brasileira da direita fascista, egoísta e pequena que se agiganta no Brasil. Nós não vamos permitir que um grupo pequeno de burocratas dê um golpe no Brasil. Estaremos firmes para criticar o governo, para impulsionar, mas também para defender a legitimidade da presidenta Dilma e a legitimidade e a história do Partido dos Trabalhadores.

Queria dizer uma coisa a vocês, meus companheiros que estão aqui. É óbvio que vocês são da luta; uns votaram no PT, outros não. Mas gostaria de me dirigir a vocês - e dirigindo-me a vocês eu me dirijo também a todos que estão nos assistindo - em nome da bancada do PT, em nome do PT e da base do PT. Queria terminar com uma frase do Van Gogh que me toca muito. Ele diz: “Quando você perde dinheiro, você perde pouco. Quando você perde a honra, você perde muito. Quando você perde a coragem, você perde tudo”. Nós não perderemos nem a honra, nem a coragem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.) O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Sr. Presidente, trataremos hoje, nesta Casa, de um projeto de lei encaminhado pelo governador que autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

A bancada do Partido dos Trabalhadores é favorável a esse projeto, mas ele tem um problema, Sr. Presidente. Uma das etapas do transporte no estado de São Paulo, que já se integra com a maioria das cidades da região metropolitana, é o transporte escolar. Somos favoráveis à gratuidade no metrô, na CPTM, nos ônibus da EMTU - ônibus municipais e intermunicipais - só que temos uma população de estudantes no estado de São Paulo atendida pelo transporte escolar. Quer dizer, o governador apresenta um projeto que vai beneficiar alunos da escola pública, com o qual concordamos, mas propõe a redução em 40% do transporte escolar no estado. Há uma incoerência. Não dá para deixar as crianças que são atendidas pelo transporte escolar sem esse transporte.

Ele vincula diretamente a isenção da tarifa à redução do transporte escolar no estado de São Paulo. O projeto é claro. O projeto fala que “as despesas decorridas da aplicação dessa lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.”

Nós não concordamos com a redução do transporte escolar no estado de São Paulo.

Teremos um congresso de comissões às 18 horas, o projeto entra para ser debatido no dia de hoje e esperamos que os líderes de todos os partidos incluam uma emenda aglutinativa garantindo o atendimento integral que se presta hoje às crianças que dependem do transporte escolar no estado. Somos favoráveis à isenção de tarifa no metrô, na CPTM, na EMTU, mas não concordamos com a redução de 40% do transporte escolar que atende a milhões de crianças no estado.

Quero parabenizar os trabalhadores do Sintradete, Sindicato de Transportes Escolares no estado de São Paulo, e apelar aos líderes para a apresentação de uma emenda aglutinativa garantindo que não haja redução do transporte escolar.

* * *
- Assume a Presidência o Sr. Dilador Borges.
* * *

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, requeiro a suspensão dos trabalhos até as 18 horas e 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DILADOR BORGES - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental, pelo que a Presidência suspende a sessão até as 18 horas e 20 minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 16 horas e 51 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 24 minutos, sob a Presidência do Sr. Roberto Massafera.
* * *

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por mais dez minutos.
* * *

- Suspensa às 18 horas e 24 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 39 minutos, sob a Presidência do Sr. Dilador Borges.
* * *

O SR. PRESIDENTE - DILADOR BORGES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma Sessão Extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

Discussão e votação do Projeto de lei nº 1, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Com um substitutivo e 11 emendas. Parecer nº 79, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favorável ao projeto e às emendas de nºs 2, 5, 9 e 10 com subemendas, e contrário ao substitutivo e às demais emendas.

O SR. FRANCISCO CAMPOS TITO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - DILADOR BORGES - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.

* * *

11 DE FEVEREIRO DE 2015 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidente: **CHICO SARDELLI**

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Abre a sessão. Encerra a discussão do PL 01/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Barros Munhoz, de método de votação. Coloca em votação o PL 01/15, salvo emendas e substitutivo.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Encaminha a votação do PL 01/15 salvo emendas e substitutivo, em nome da Liderança da Minoria.

3 - LECI BRANDÃO

Encaminha a votação do PL 01/15, salvo emendas e substitutivo, em nome do PCdoB.

4 - JOÃO PAULO RILLO

Encaminha a votação do PL 01/15, salvo emendas e substitutivo, pelo PT.

5 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Coloca em votação e declara aprovado o PL 01/15, salvo emendas e substitutivo, restando prejudicado o substitutivo. Coloca em votação e declara aprovadas a emenda nº 2 na forma de subemenda; emenda nº 5 na forma de subemenda, e emendas nº 9 e 10 na forma da subemenda apresentada, restando prejudicadas as emendas nºs 2, 5, 9 e 10. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas.

6 - JOÃO PAULO RILLO

Declara voto favorável às emendas apresentadas pelo PT e PCdoB, pelo PT.

7 - LECI BRANDÃO

Declara voto favorável às emendas apresentadas pelo PT e PCdoB, pelo PCdoB.

8 - PRESIDENTE CHICO SARDELLI

Registra as manifestações. Parabeniza os líderes desta Casa e o movimento estudantil pela aprovação do PL 01/15. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para hoje, um minuto após o término desta sessão, para elaborar a redação final do PL 01/15. Encerra a sessão.

* * *
- Abre a sessão o Sr. Chico Sardelli.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Sras. Deputadas, Sras. Deputadas, Proposições em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei nº 1, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior nos transportes públicos de passageiros, no âmbito da Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Com 1 substitutivo e 11 emendas. Parecer nº 79, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Transportes e de Finanças, favorável ao projeto e às emendas de nºs 2, 5, 9 e 10 com subemendas, e contrário ao substitutivo e às demais emendas.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento: “Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de lei nº 1/2015 se dê na seguinte conformidade:

1 - Projeto de lei nº 1/2015 salvo emendas e substitutivos;
2 - substitutivo;
3 - emenda nº 2 na forma de subemenda; emenda nº 5 na forma de subemenda, e emendas nº 9 e 10 na forma da subemenda apresentada;
4 - demais emendas englobadamente.”

Assina o líder do Governo, deputado Barros Munhoz.

Em votação o roteiro. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 1 - Projeto de lei nº 1/2015 salvo emendas e substitutivo.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sr. Presidente, peço para encaminhar pela bancada da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino, para encaminhar pela bancada da Minoria.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia Legislativa, estudantes que nos acompanham hoje e aqui também no plenário da Assembleia, trabalhadores do Sintradete, estaremos debatendo agora o projeto encaminhado pelo governador a esta Casa, que trata do Passe Livre no estado de São Paulo.

Nossa bancada já vem defendendo há muito tempo a necessidade de ampliar políticas públicas que beneficiem os estudantes do estado de São Paulo. Somos favoráveis ao projeto, inclusive fizemos diversas emendas para aperfeiçoá-lo.

O projeto não é extensivo ainda para o Estado todo. Fazemos um debate com os estudantes do estado de São Paulo, sobre a necessidade de termos um projeto como esse para o Estado todo. Estamos fazendo um debate na Assembleia Legislativa não para uma cidade específica, porque aqui é a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que tem que fazer leis para o Estado inteiro. O governador encaminha o projeto para a Assembleia Legislativa limitando o projeto, sem atender a totalidade dos estudantes do estado de São Paulo.

Existe outro problema na estrutura do projeto em relação à questão da abrangência. A estruturação do projeto da abrangência limita-se a alunos de escolas públicas.

Sabemos que há, no estado de São Paulo, diversas cidades. Nosso debate é de transformar para ter um projeto de âmbito estadual. Pessoas que estudam em escolas particulares, privadas, também são de baixa renda.

Então, qual é o corte? Qual é a definição? Quem, de fato, tem acesso e garantia à tarifa?

Quer dizer, nós tentamos fazer esse debate no colégio de líderes, com os diversos partidos. Visamos criar um projeto que, de fato, valha para todos os trabalhadores, todos os estudantes, todos os alunos do estado de São Paulo.

É um debate muito importante, mas o governo apresenta o projeto a toque de caixa. Apresentou o projeto, na semana passada, e já correram os cinco dias para a inclusão de emendas. Não houve audiência pública com as entidades representativas do estado de São Paulo para fazer o debate, mas já coloca o projeto para ser aprovado.

Por isso, é importante, nobre deputada Leci Brandão: projetos dessa envergadura, projetos importantes como esse, precisam ter um ritual de debate, com a sociedade, de inclusão, de modificação.

Nós temos um projeto para muitos anos, não um projeto que terá que sofrer alterações e emendas complementares nos anos subsequentes.

Então, a nossa bancada apresenta aqui o voto favorável ao projeto, colocando, porém, ressalvas em relação às emendas apresentadas, que poderiam estar melhorando o projeto, no dia de hoje.

Outro problema sério, estrutural, que também existe no projeto, é que ele determina de onde sairão as receitas para garantir que se implemente esse projeto no estado de São Paulo.

O Art. 3º diz: “As despesas decorrentes da aplicação da Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, suplementadas se necessário”.

Nós vemos, nobre deputado Roberto Felício - líder sindical da Apeoesp, dos professores do estado de São Paulo -, que ele aponta que as receitas serão decorrentes de receitas próprias ou serão oriundas de verbas suplementares, das secretarias responsáveis.

Nobre deputado Tito e nobre deputada Leci Brandão, nós percebemos que, por conta do Governo do Estado de São Paulo, os trabalhadores de empresas que prestam serviço de transporte escolar já estão com contrato emergencial.

Além disso, o governador já sinalizou que vai cortar 40 por cento do transporte escolar no estado de São Paulo. Ele ainda coloca que isso acontece em virtude da lei do passe livre, que será aprovada.

Agora, como é que se cortam 40 por cento do transporte escolar no estado de São Paulo? Nós estamos brigando para que essa lei seja estadual. Ele não faz essa lei estadual: faz a lei limitada à cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, já quer reduzir 40 por cento do transporte escolar no estado de São Paulo. É uma incoerência.

Sinaliza, por um lado, que vai tirar o recurso do transporte escolar e, ao mesmo tempo, não garante passe livre para o estado inteiro.

Então, uma parte das crianças e dos alunos das escolas públicas vai ficar sem transporte escolar. Porque, em muitos lugares, falta o transporte municipal. Ele vincula o transporte intermunicipal, vincula o metrô, vincula a CPTM, mas não garante esse transporte para os ônibus intermunicipais.

Hoje, depois de essa Lei ser aprovada, cortando recursos do transporte escolar, muitos alunos no estado de São Paulo ficarão sem transporte.

Uma lei como essa tem que ser mais debatida pela sociedade. Precisam-se ouvir as entidades representativas, ouvir as opiniões, para se ter, de fato, uma lei que passe a valer para o estado como um todo.

Essa reflexão está colocada. Nossa bancada fez diversas emendas para alterar o projeto, para que o projeto passasse a valer de forma permanente no estado de São Paulo.

Então, a nossa bancada vai indicar pela aprovação do projeto. Nós sabemos que é importante, pois muita gente será beneficiada. Esperamos que as correções possam ser feitas ainda nos debates e, depois, nos dias complementares, em relação a emendas complementares.

Eu gostaria muito que fosse feito agora todo o debate e que se tivesse um tempo maior para se discutir e se garantir um projeto que, de fato, pudesse valer para todo o estado de São Paulo.

Mais uma vez, o governador Geraldo Alckmin demonstra que não tem sensibilidade para atender, realmente, as necessidades dos estudantes e da população do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - CHICO SARDELLI - PV - Para encaminhar a votação pela liderança do PCdoB, tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão.